

## **RELATÓRIO CONTÁBIL CONCLUSIVO DO EXERCÍCIO DE 2013** **ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

A Secretaria Municipal de Finanças, através do Departamento de Contabilidade, apresenta o resultado Orçamentário e Financeiro do exercício de 2013, de todas as Secretarias Municipais, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social.

Inicialmente, o Orçamento da receita e da despesa foi autorizado no valor de R\$ 30.983.793,88.

No decorrer do exercício o Orçamento foi atualizado, através de suplementação especial, encerrando o exercício no valor de R\$ 32.273.503,96.

As despesas de custeio e capital empenhadas totalizaram R\$ 27.968.528,33.

Entre o valor do Orçamento autorizado, atualizado e encerrado em 31/12/2013, houve um superávit orçamentário de R\$ 4.304.975,63.

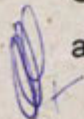
Do valor empenhado de R\$ 27.968.528,33 foi liquidado o valor de R\$ 26.666.161,77; pago o valor de R\$ 26.556.762,67; ficando empenhado a pagar em 2014 o valor de R\$ 1.411.765,66.

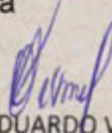
Os valores empenhados a pagar são referentes a obras em andamento (contratos assinados e em vigência) e outras pequenas despesas de manutenção.

Da previsão da Receita inicial no valor de R\$ 30.983.793,88 foi arrecadada o valor de R\$ 32.292.578,33; este comportamento gerou um incremento de R\$ 1.308.784,45. Este acréscimo é justificado, principalmente; pela transferência do ICMS FUNDAP no valor de R\$ 896.459,06; na elaboração do Orçamento de 2013 não havia feito a previsão desta receita, pelo fato da mudança na legislação do FUNDAP.

O cumprimento dos índices mínimos constitucionais da Educação e Saúde, respectivamente, 25% e 15% foram cumpridos, ficando em 25,16% e 20,83%.

Os recursos em caixa da Prefeitura, Fundo de Saúde e Fundo de Assistência Social (saldo financeiro) em 31.12.2013 estão dispostos conforme tabela abaixo:



  
CLECIO EDUARDO VIANA  
Secretário Mun. de Finanças

Portaria 041/2013

|  |                     |
|--|---------------------|
| Recursos próprios (livre movimentação)                     | 290.179,80          |
| Iluminação pública (manutenção da rede pública)            | 134.734,47          |
| Royalties do petróleo federal (manutenção – pessoal)       | 841.269,07          |
| Royalties do petróleo estadual (investimentos específicos) | 974.282,36          |
| Recursos de convênios (estadual e federal)                 | 1.568.495,26        |
| Recursos do legislativo                                    | 176.853,51          |
| <b>Total</b>   | <b>3.985.814,47</b> |
| <b>RECURSOS EXCLUSIVOS DA EDUCAÇÃO</b>                     |                     |
| Salário educação   | 219.081,72          |
| Fundeb   | 111.276,14          |
| Aquisição de equipamentos para educação                    | 52.000,65           |
| Fundo de desenvolvimento da educação                       | 73.302,01           |
| Transporte escolar   | 488.706,77          |
| MDE  | 243.355,76          |
| Alimentação escolar  | 26.926,72           |
| PDDE   | 0,29                |
| <b>Total</b>   | <b>1.214.650,06</b> |
| <b>Recursos do Fundo de Saúde</b>                          | <b>931.389,83</b>   |
| <b>Recursos do Fundo de Assistência Social</b>             | <b>639.989,23</b>   |

Percebe-se que analisando isoladamente cada receita a disponibilidade financeira própria é insignificante diante da demanda de manutenção mensal. Esta afirmativa parte do pressuposto de que sempre é necessário ter um fluxo de caixa mais elevado, caso ocorra alguma eventualidade (redução drástica da arrecadação mensal). ***Ou seja, todas as medidas de contenção de despesa foram e serão sempre necessárias para manter o equilíbrio financeiro.***

A despesa de pessoal continua sendo um gargalo contra os investimentos e manutenção da Prefeitura. Abaixo segue o comportamento desta despesa.

Em relação à despesa com pessoal (ativos, inativos, pensionistas e previdência social) foi gasto o valor de R\$ 14.978.049,81. O índice de pessoal no ano de 2013 ficou em 48,55%. O limite prudencial fixado é de 51,30%. Ressalta-se, portanto, que não houve a revisão geral dos vencimentos dos servidores, na




CLECIO EDUARDO VIANA  
 Secretário Mun. de Finanças  
 Portaria 041/2013

ordem de 6,08%. O gasto com vencimentos do magistério foi de 64,28% do Fundeb. O percentual mínimo é de 60,0%, portanto, o limite foi cumprido.

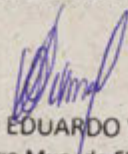
No que se refere às outras despesas de manutenção, enfatiza-se o pagamento de aproximadamente 300 mil reais referentes a precatórios, valor este expressivo nas despesas e sem retorno a população do município, porém, obrigação imposta pela legislação. Em se tratando de redução de gastos expressivos, destacam-se a com festividades e eventos da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer.

De uma forma geral as finanças públicas municipais estão equilibradas, porém, não confortável. Isto significa que o princípio da prudência deve sempre prevalecer sob a vontade de fazer. No mesmo entendimento é necessário de uma forma geral compreender que a Prefeitura é uma entidade composta por várias Secretarias e várias fontes de recursos. Devemos, então, planejar as ações levando em conta estas fontes de recursos. Para exemplificar, podemos tomar como base os recursos disponíveis do royalties do petróleo estadual. Este recurso até então é destinado exclusivamente para "investimentos" nas áreas da educação, saúde, habitação, agricultura e transportes. Como demonstrado na tabela apresentada, a conta possui um saldo de quase um milhão, ou seja, o recurso existe, falta projeto e certamente existe demanda. Assim, também devem ser analisados pelos gestores de cada secretaria os recursos disponíveis e vinculados, principalmente, os da Saúde, Educação e Ação Social, para efetuarem sua execução. Recurso em conta não significa boa gestão, e sim, ineficiência administrativo/financeira, bem como pior é a falta do recurso.

Para a realização de qualquer despesa deve haver previsão orçamentária. O Orçamento é elaborado cento e vinte dias antes do término do exercício, e certamente ajustes devem ocorrer para atender a demanda vigente. Fica a solicitação aos gestores das secretarias, sempre analisar o Orçamento antes de iniciar qualquer projeto/investimento/despesa.

Segue em anexo o orçamento do exercício de 2014 para cada Secretaria observar sua execução. Importante salientar que o Orçamento é uma previsão para o ano. A execução das despesas, exceto dos recursos vinculados, devem estar em consonância com o fluxo de caixa.



  
CLECIO EDUARDO VIANA  
Secretário Mun. de Finanças

Jan 2014

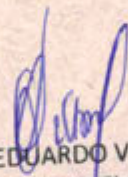
Portaria 041/2013

OF. SMF/PMCC 041/2013

Conceição do Castelo – ES, 31 de Dezembro de 2013.


Em atendimento ao artigo 83, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, encaminho em anexo relatório das atividades desenvolvidas no exercício de 2013 e o planejamento para o exercício de 2014.

Atenciosamente

  
CLECIO EDUARDO VIANA  
Secretário Mun. de Finanças  
Portaria 041/2013

Ao Prefeito Municipal de Conceição do Castelo  
Francisco Saulo Belisário

Pref. Mun. Conceição do Castelo  
Protocolado sob nº 83.069  
Prot. Em 31/12/2013

  
Protocolista

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**  
Departamento de Tributos, Fiscalização, Arrecadação e Contabilidade  
Núcleo de Atendimento ao Contribuinte – NAC

**PREFEITO MUNICIPAL**  
Francisco Saulo Belisário

**VICE PREFEITO MUNICIPAL**  
Carlos Eduardo Destefani

**EQUIPE DE TRABALHO**

Clécio Eduardo Viana – Secretário Municipal de Finanças

Agno Delazare – Chefe de Tributação

Cristóvão Edjunior Vargas – Auxiliar Administrativo

Lúcia de Jesus Nogueira – Auxiliar Administrativo

Alana de Souza Feriani – Estagiária do NAC

Lucinete Jorge de Oliveira – Auxiliar de Serviços Gerais

João Paulo Gomes leite – Contador

Sandra Correa de Mendonça Vargas – Encarregada de Empenho

Laurisa Vargas Bueno Serpa - Encarregada de Tesouraria

Neuzeli Bravim – Agente Administrativo

José Romário Azevedo – Auxiliar Administrativo


Daniela de Fátima Nogueira – Estagiária da Tesouraria e Contabilidade

**Homenagem especial às servidoras aposentadas em 2013.**

Vera Lúcia Pizzol Vinha (Contadora)

Efigência Padoani Lopes (Encarregada de Empenho)

*“Construir um Município Melhor é a Gente que Faz”*  
Administração 2013/2016

  
CLECIO EDUARDO VIANA  
Secretário Mun. de Finanças  
Portaria 041/2013

## **RELATÓRIO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2013**

Nosso município é sem dúvida um excelente lugar para se construir um futuro com tranqüilidade e qualidade de vida. Aqui se encontra recursos naturais abundantes, povo acolhedor e trabalhador e com potencial para o desenvolvimento. Dificuldades e momentos de crise existem, pois, estamos inseridos numa economia globalizada.

Aproveitar as oportunidades e vencer os obstáculos é sem dúvida um grande desafio para os gestores públicos. Não se faz política pública sem planejamento ou sem participação da sociedade.

### **1 – APRESENTAÇÃO**

Em cumprimento a Lei Orgânica Municipal, Artigo 83, Inciso III, serão relatadas as atividades desenvolvidas no exercício de 2013 pelos Departamentos de Tributação, Arrecadação e Fiscalização e Departamento de Contabilidade sob gestão da Secretaria Municipal de Finanças.

As ações executadas, em primeiro lugar, levam em conta os princípios constitucionais e contábeis, e em detrimento ao Orçamento Público Municipal. As atividades do dia-a-dia não cabem aqui serem relatadas em pormenores, sendo estas praxes para atendimento ao público.

Os resultados alcançados por esta Secretaria não são ao acaso, é uma conquista realizada através de dedicação, planejamento e interesse por melhorias do setor público e consequentemente visando garantir que o município cresça economicamente a cada ano.

Fica aqui registrado o agradecimento aos Chefes do Poderes Executivos e Legislativos deste Município pela confiança depositada na equipe da Secretaria Municipal de Finanças, que através de seus colaboradores cumprem com suas obrigações, ficando aqui também registrado o agradecimento a toda a equipe.

## 2 – PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS EM 2013

- ⇒ Lançamento, distribuição e cobrança das Taxas de Licença para Localização e Funcionamento (TLLF), através da emissão de DAM (Documento de Arrecadação Municipal);
- ⇒ Confeção e entrega de Alvará de Funcionamento;
- ⇒ Lançamento e distribuição dos documentos para recolhimento do IPTU e TSU. Entrega dos carnês de IPTU pela ECT – Empresa de Correio e Telégrafos de Conceição do Castelo – ES, entregando 100% através do carteiro os carnês nas residências da Cidade;
- ⇒ Acompanhamento das Ações Judiciais de cobrança da Dívida Ativa, sendo as ações executadas;
- ⇒ Pagamento de precatórios (finalizando);
- ⇒ Cobrança de Dívida Ativa por meio administrativo, inclusive por meio de notificações extrajudiciais;
- ⇒ Acordos e elaboração de termo de parcelamento de débitos municipais, em execução fiscal ou não;
- ⇒ Atendimento e abertura de processos para produtores rurais obterem Inscrição Estadual de Produtor;
- ⇒ Confeção de blocos de notas fiscais de produtores rurais, sendo confeccionados 331 (trezentos e trinta e um) blocos durante o ano; realizada 97 (noventa e sete) novas inscrições; 48 (quarenta e oito) alterações e 47 baixas de inscrição sem movimento;
- ⇒ Intensificação na divulgação das informações aos contribuintes rurais através da emissora de rádio e internet, aumentando assim o relacionamento com o objetivo de atender as reivindicações da legislação e do planejamento do NAC – Núcleo de Atendimento ao Contribuinte;
- ⇒ Emissão de documentos de arrecadação estadual, como IPVA, ICMS, ITCD e Taxas Diversas;

- ⇒ Promoção da Campanha do Produtor Rural Imagem Legal com distribuição de prêmios através de sorteio no fim de ano;
- ⇒ Nomeação de comissão de avaliações de imóveis urbanos e rurais;
- ⇒ Apresentamos comparativos em relação à evolução do VAF dos últimos 08 anos, a partir de 2005 como ano base e a partir deste, comparação com o ano anterior, e comparação entre os últimos 02 quadriênios:

#### EVOLUÇÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL – VAF

| ANO              | VALOR                 | ÍNDICE |
|------------------|-----------------------|--------|
| 2005 = BC 100,0% | 86.207.383,00         | 0,559  |
| 2006 = + 5,56%   | 91.007.170,00         | 0,557  |
| 2007 = - 11,32%  | 80.705.665,00         | 0,524  |
| 2008 = - 9,26%   | 73.231.328,00         | 0,438  |
| <b>TOTAL</b>     | <b>331.151.546,00</b> |        |

| ANO                           | VALOR                 | ÍNDICE   |
|-------------------------------|-----------------------|----------|
| 2009 = + 19,08%               | 87.206.667,08         | 0,433    |
| 2010 = + 13,09%               | 98.624.131,21         | 0,446    |
| 2011 = + 16,57%               | 114.969.203,12        | 0,433    |
| 2012 = - 03,78%               | 110.621.301,19        | 0,446    |
| <b>TOTAL</b>                  | <b>411.421.302,60</b> |          |
| Evolução do período comparado |                       | + 24,23% |

Pela apresentação da evolução pode-se perceber o crescimento no valor do VAF em comparação com os dois últimos quadriênios



(2005/2008), tendo totalizado 411 milhões; representando um crescimento de aproximadamente 80 milhões ou 24,23%. O IPM/ICMS para o ano de 2013 ficou em 0,429. Importante destacar que mesmo o município apresentando crescimento econômico, o IPM/ICMS em comparação aos anos anteriores foi reduzido. O cenário estadual é de crescimento econômico onde municípios contemplados por riquezas naturais (como é o caso do petróleo) e grandes indústrias que tem benefício fiscal estão massacrando os municípios totalmente agrícolas, como é o caso do município de Conceição do Castelo, aonde a agricultura nos últimos anos vem sofrendo constantes crises, como prova em 2013 é o preço baixíssimo do café (arábica e conilon), chegando o valor de uma saca a R\$150,00 fato esse que desestimula a classe rural. O volume da produção rural no ano de 2013 ficará em média 30% que menor que a do ano de 2012 devido a esta crise. Outro fato que comprometerá a economia estadual agrícola são as fortes enchentes que atingiu só no mês 12/2013, mais de 50 municípios capixabas. O IPM/ICMS par ao ano de 2014 foi fixado em 0,415.

### **EVOLUÇÃO DO VALOR ADICIONADO FISCAL 3**

#### **PRODUÇÃO AGRÍCOLA**

| <b>PERÍODO</b>  | <b>VALOR</b>   |
|-----------------|----------------|
| 2005 - 2008     | 161.474.190,72 |
| 2009 - 2012     | 264.355.393,05 |
| <b>EVOLUÇÃO</b> | <b>63,71%</b>  |

- ⇒ Avaliação de imóveis urbanos e rurais para transmissão inter-vivos, bem como emissão de ITBI;
- ⇒ Visita aos comércios e produtores rurais;
- ⇒ Controle e aplicação das receitas;

- ⇒ Controle e origem das despesas;
- ⇒ Empenho; liquidação e pagamento;
- ⇒ Emissão e publicação de relatórios contábeis aos órgãos competentes;
- ⇒ Reajuste através do IPCA "E" (índice oficial adotado pelo município) de todos os impostos e taxas cobradas pelo município;
- ⇒ Acompanhamento através de relatórios e gráficos do volume da produção rural e receita própria, bem como dos índices constitucionais (Educação e Saúde);
- ⇒ Elaboração da LOA e LDO/2014;
- ⇒ Participação na elaboração do PPA 2014/2017;
- ⇒ Apresentação de contestação de resultados de DOT`s junto aos contribuintes/contadores e Secretaria de Estado da Fazenda das empresas que apresentaram divergências de valores ou omissas;
- ⇒ Sorteio da Promoção Produtor Rural Imagem Legal: desenvolvida como forma de incentivo ao produtor rural para emitir nota fiscal da produção agrícola. A edição do exercício corrente distribui prêmios, como: 01 antena parabólica, 01 TV 24`, 01 roçadeira e 01 moto 0 KM 125. Sorteio foi realizado no Ginásio de Esportes de Conceição do Castelo no dia 27/12/2013, a cada nota fiscal de R\$500,00 o produtor tinha direito a 01 cupom para sorteio;
- ⇒ Aquisição de 01 moto 150 cc para uso exclusivo do NAC para atendimento ao produtor rural, o que vai gerar economia e agilidade;
- ⇒ Participação na Feira do Produtor Rural, com orientação e incentivo a permanência na atividade;
- ⇒ Convênio com a SEFAZ/ES na fiscalização das empresas comerciais e industriais de Conceição do Castelo - ES;
- ⇒ Fiscalização através de certificação digital da Receita Federal do Brasil das empresas sediadas no município, confrontando o valor declarado

com o DAS – Documento de Arrecadação do Simples Nacional recolhido;

- ⇒ Orientação e apoio aos Conselhos de Escola na elaboração das Prestações de Contas do PDDE;
- ⇒ Orientação e apoio aos Conselhos de Desenvolvimento Comunitário na aplicação dos recursos firmados através de Convênios para realização de festividades;
- ⇒ Apresentação de Declaração da Receita Federal como DCTF mensal; IRPJ e RAIS dos 12 Conselhos de Escola vinculados as Unidades de Ensino. Salieta-se aqui que essas declarações são obrigatórias e esse serviço se fosse realizado por empresas contábeis particulares representaria por ano no mínimo uma despesa de aproximadamente R\$ 500,00 por cada Conselho de Escola; gerando então uma economia de R\$ 6.000,00 aos cofres públicos. A Prefeitura Municipal não tem diretamente que cumprir com essa obrigação, pois os Conselhos possuem personalidade jurídica, mas trabalhamos sempre pela economicidade, e assim, procede-se, assumindo esta responsabilidade;
- ⇒ Participação assídua desta Secretaria nos eventos promovidos pela Secretaria de Agricultura e INCAPER, como Dia de Campo; aumentando assim o contato com o Produtor Rural;
- ⇒ Apoio aos MEI – Micros Empreendedores Individuais, conforme prevê o Convênio nº 064/2010 firmado com a JUCEES no atendimento aos contribuintes através do REGIN, bem como formalização de empresas dos Micros Empresários. Até o ano de 2013 foram formalizados mais de 170 micros empresários. No ano de 2013 houve a parceria do Projeto ATENDA do Governo Estadual;
- ⇒ Criação no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas para o Fundo Municipal para receber repasses do Governo Estadual (em substituição aos Convênios);

- ⇒ Execução Fiscal dos débitos a partir do ano de 2009 lançados e não pagos dos contribuintes do IPTU e TLLF;
- ⇒ Execução e controle do Orçamento da Secretaria Municipal de Finanças fixado em R\$ 942.000,00;
- ⇒ Atualização do Cadastro Imobiliário pelo Departamento de Arrecadação, bem como auxílio aos Correios na numeração de residências do Bairro Arthur e Boa Esperança (parte II);
- ⇒ Acompanhamento e Fiscalização do volume de produção rural e faturamento das empresas comerciais declaradas a Receita Federal do Brasil;
- ⇒ Atendimento a Lei Complementar 131/2009 de 27/05/2009, que trata do Portal da Transparência, obrigatório a partir de 27/05/2013 para os municípios com menos de 50 mil habitantes;
- ⇒ Atendimento a legislação "CIDADES WEB" (novo sistema de informação contábil) do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo);
- ⇒ Elaboração e transmissão do SIOPS, através de certificação digital;
- ⇒ Aquisição/adequação de sistema de software para disponibilizar Certidão Negativa de Débito Municipal via internet;
- ⇒ Demais atividades de gestão financeira e orçamentária.

### **3 - PRINCIPAIS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2014**

- ⇒ Parceria através de integração de software específico com a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente para controle das atividades rurais, como por exemplo: o número de propriedades existentes, produção agrícola, tipo de produto, propriedade com inscrição ou sem inscrição de produtor rural, atendimento realizado pelos órgãos públicos, entre outros levantamentos;

- ⇒ Aumento do número de inscrição estadual de produtor rural (novos contratos na propriedade) entre pais e filhos (comodatos). Para isso foi adquirido uma moto apropriada para visita as propriedades rurais (redução de custos com veículo);
- ⇒ Acompanhamento orçamentário e financeiro de todas as Secretarias Municipais, Fundos de Saúde e Ação Social. Orçamento da Receita e Despesa fixado em 33,6 milhões;
- ⇒ Execução e controle do Orçamento da Secretaria Municipal de Finanças fixado em R\$ 1.059.701,20; sendo:
  - Aquisição de móveis, equipamentos e veículos.....50.000,00
  - Manutenção das Atividades de Apoio a Secretaria de Finanças e do Programa de Combate a Evasão Fiscal.....544.701,20
  - Amortização e Serviço da Dívida Pública.....40.000,00
  - Contribuição ao PASEP..... 325.000,00
  - Reserva de Contingência.....100.000,00
- ⇒ Acompanhamento/monitoramento da nova Unidade Orçamentária da Secretaria Municipal de Finanças – Fundo de Desenvolvimento Municipal de Conceição do Castelo – FDM (com CNPJ próprio, nº 19.072.779/0001-89). Nova modalidade de transferência de recursos financeiros (Em substituição aos Convênios Estaduais);
- ⇒ Elaboração da LDO e LOA/2015;
- ⇒ Acompanhamento da implantação da Lei Geral da Micro Empresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Micro Empreendedor Individual (MEI) nas compras governamentais da Prefeitura, bem como na desburocratização;
- ⇒ Apoio ao Agente de Desenvolvimento Municipal na implantação/divulgação da Lei Geral da Micro Empresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Micro Empreendedor Individual (MEI);


- ⇒ Apoio na formalização e obrigações acessórias do Micro Empreendedor Individual (MEI);
- ⇒ Redução ao máximo possível de contratação/aquisição de serviços/mercadorias através de Pessoa Física;
- ⇒ Intensificação na fiscalização dos produtores rurais plantadores de tomate no Município (NAC – emissão de notas fiscais);
- ⇒ Acompanhamento e fiscalização da extração de madeira (Pindobas) – denúncia formalizada através de processo em 2013 a SEFAZ/ES;
- ⇒ Atualização do Cadastro Imobiliário pelo Departamento de tributação e Arrecadação;
- ⇒ Intensificação de Campanhas e Projetos de Educação Tributária;
- ⇒ Acompanhamento e Fiscalização do volume de produção rural e faturamento das empresas comerciais declaradas as Receita Federal e Estadual;
- ⇒ Demais atividades de gestão financeira, orçamentária e fiscal.

#### **4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao finalizar um ano e iniciar outro, muitas ações precisam ser revistas e tomadas às providências de correção/adequação para que o sistema possa atender/satisfazer os usuários. Certo é que sem planejamento e controle é impossível administrar qualquer coisa. Acertar tudo também é impossível, principalmente quando se trata do "mundo econômico", onde a geração globalizada, também chamada de "sem fronteira" afeta diretamente todo o organismo. A informação é que faz a diferença – quando no momento certo está de posse dela – e nesse contexto macroeconômico e de competição acirrada faz saber que é necessário os Poderes estarem funcionando harmonicamente para sustentar/defender os interesses da coletividade.

Acreditar no potencial/capacidade do município é de extrema importância frente aos desafios que podem/preendem em longo prazo

serem vencidos. O sistema financeiro é um dos meios de controle de crescimento e seu reflexo no dia-a-dia do indivíduo é perceptível, cabendo então ao Poder Público regular/interferir para que as necessidades básicas possam ser atendidas. As principais atividades elencadas acontecidas fazem parte do planejamento da Secretaria Municipal de Finanças em conformidade com as previsões constantes nos documentos de gestão, como: PPA, LDO e LOA. Todas as atividades desenvolvidas tem seu elevado grau de importância para a Administração Municipal e consequentemente para o bem estar da população.

  
CLECIO EDUARDO VIANA  
Secretário Mun. de Finanças  
Portaria 041/2013

